

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 031, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Altera a Lei Municipal nº 2.792, de 12 de dezembro de 2007.

O PREFEITO MUNICIPAL, de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Ficam alterados o art. 16, *caput* do art. 17 e seu §1º, *caput* do art. 18, *caput* do art. 21, inciso III do §1º do art. 23, todos da Lei Municipal nº 2.792, de 12 de dezembro de 2007, os quais passaram a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. O Fundo Municipal será administrado por uma junta composta por representantes do Poder Executivo, na qual será obrigatória a participação de um representante da Secretaria da Fazenda, e será deliberado e fiscalizado pelo CMDCA, respeitando as normas a serem estabelecidas no Regulamento desta Lei.

Art. 17. Fica instituído o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, definidos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

§1º A Lei Orçamentária Municipal deverá, em programas de trabalho específicos, prever dotação para o custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com subsídios e cursos de formação continuada dos Conselheiros, aquisição e manutenção de bens móveis e imóveis, pagamento de serviços de terceiros e encargos, diárias, material de consumo, passagens e outras despesas.

[...]

Art. 18. O Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, em igualdade de condições com os demais pretendentes.

Parágrafo único.

Art. 21. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá ocorrer a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, devendo ser organizado mediante resolução do CMDCA e fiscalizado pelo Ministério Público.
Parágrafo único.

Art. 23.

§1º

I -

II -

III - residir no Município, no mínimo, há 05 (cinco) anos;

IV -

V -

VI -

Art. 2º Fica alterado o nome do capítulo IV do Título II da Lei Municipal nº 2.792, de 12 de dezembro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação: “DO CONSELHO TUTELAR”.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 12 de março de 2015.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROGÉRIO DIAS PEREIRA
Secretário da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei Municipal nº 031, de 12 de março de 2015, que *“Altera a Lei Municipal nº 2.792, de 12 de dezembro de 2007”*.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade atender a solicitação CMDCA do Município para alterar a Lei Municipal nº 2.792/2007, através do Ofício nº 31/2014, cujas alterações foram debatidas e solicitadas durante as reuniões ordinárias deste Conselho ao longo do ano.

Assim, as alterações sugeridas atendem os exatos termos da Lei 12.696, de 25 de julho de 2012 e da Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

Sendo assim, e contando com a costumeira atenção, aguardamos manifestação dos nobres Edis com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal